

O DESENVOLVIMENTO PSICOAFETIVO: A RELAÇÃO MÃE-FILHO E O CONTEXTO SOCIAL

(THE PSYCHOLOGICAL AND AFFECTIVE DEVELOPMENT: THE MOTHER-KID RELATIONSHIP AND SOCIAL CONTEXT)

FRANCINETE ALVES DE OLIVEIRA GIFFONI¹

Olhou o mundo a seu redor, como se o enxergasse pela primeira vez. Belo era o mundo!
Herman Hesse

RESUMO

O presente trabalho trata do Desenvolvimento Humano, no aspecto psicoafetivo, tendo por base as relações familiares e o contexto social, em interação com os fatores constitucionais. Na abordagem do tema, procuramos demonstrar a influência das relações sociohistóricas, estabelecidas nas fases mais precoces do desenvolvimento, sobre o delinear da personalidade, do potencial psicoafetivo e cognitivo do sujeito.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Relação mãe-filho, Sociedade.

ABSTRACT

The present essay concerns to the Human Development, in its psychological and affective aspects, on the basis of family relationships and interaction between the constitutional factors and the social context. In that approach we tryed to demonstrate the influence of the social and historical relations, defined since the starting phases of the developing process. Also, it looks to draw the personality by developing the psychological, affective and cognitive dimensions of the self.

Keywords: Development, Mother-Kid relationship, Society.

O CONCEITO DE INFÂNCIA

O conceito moderno de infância segundo Gallatin (1978), veio firmar-se por volta do século XVIII, du-

zentos anos depois que o filósofo francês Montaigne lançara suas primeiras idéias a respeito da criança. A autora afirma que o significado da infância vem se transformando através dos tempos, e aponta o século XVII, como marco histórico, devido às mudanças pelas quais passou a humanidade, naquele período, com relação à estruturação familiar, aos papéis e valores sociais. A noção de "criança", a partir daí, passa a conceber a inserção desta no contexto familiar e social.

Na busca de uma delimitação desta fase da vida que antecede à idade adulta, utilizaremos o parâmetro da temporalidade, relacionando-a à natureza e a cultura, segundo a concepção de Bernard (1983), que relaciona natureza à idéia de constituição e desenvolvimento, com referência também ao estado original da humanidade e aos traços essenciais da natureza humana. O autor estabelece uma acepção de infância, adequada à abordagem pedagógica, fazendo a combinação entre uma teoria da cultura e as relações desta cultura com a natureza humana.

Dentro desta perspectiva, a noção de "criança", com aplicabilidade na pedagogia, deriva das concepções culturais vigentes em determinado contexto. Para Bernard (1983: 99) *A pedagogia não considera a educação a partir da criança, mas a criança a partir da educação concebida como cultura.* A pedagogia, então, considerando as emanções culturais, elabora uma representação de infância, à qual incorpora os conceitos essenciais do saber pedagógico. Nesta representação, figuram as transformações ocorridas no período de desenvolvimento, na interação entre natureza e cultura.

Bernard (1983) enfatiza a influência das relações sociais como fator de desenvolvimento, e analisa o processo interativo que envolve o adulto em contraposição à criança. O meio social se encarregará de lhe proporcionar as condições para o crescimento

¹ Médica homeopata, com Residência em Psiquiatria e especialização em Psicoterapia. Formação em Psicanálise, Psicodrama e Terapia Familiar Sistêmica. Mestre em Educação.

e desenvolvimento nos aspectos biológico e social, assegurando, inicialmente, a existência da criança, atendendo às suas necessidades naturais como, por exemplo, de alimento e agasalho, bem como as necessidades psicoafetivas e cognitivas. No primeiro caso, especialmente quanto às necessidades biológicas imediatas, a relação adulto-criança faz-se no sentido do adulto para a criança. Quanto às trocas afetivas e cognitivas, diferentemente, ocorre uma relação de reciprocidade, que flui tanto do adulto para a criança, quanto desta para o adulto. Desta forma, o autor considera que as noções de fraqueza e dependência, associadas à criança, não podem ser assumidas pela pedagogia, num sentido absoluto e sim, devem ser incorporadas a uma visão dialética das interações entre a criança e o meio, em cada fase evolutiva. A criança recém-nascida, por exemplo, para ele, apresenta uma dependência biológica real, condicionada à fisiologia ainda em maturação, e, também uma dependência afetiva, encontrando-se socialmente frágil e inacabada. No decorrer da infância, no entanto, ela vai absorvendo as diversas influências culturais, tornando-se, gradativamente, mais independente e apta a participar da sociedade de forma mais consciente, influenciando por sua vez, os processos sociais.

A criança não é somente fraca, impotente, dependente. É também, em razão dessa fraqueza mesma, exigente. Dirige ao adulto certo número de solicitações, de início, essencialmente vitais e inconscientes, depois, cada vez mais afetivas, sociais, conscientes. O adulto reage a seus apelos em função de suas próprias necessidades, de seus problemas, de seus conflitos, de sua personalidade, etc. Da mesma forma, a sociedade responde às exigências infantis em função de seus modos de produção, de sua organização, de suas estruturas (Bernard, 1983: 107).

Vemos aí a importância das respostas dadas pelo adulto e pela sociedade às demandas da personalidade em formação. Dependendo do tipo e da intensidade destas respostas, adulto e sociedade modulam o grau de impotência e o nível de exigências da criança.

Sua personalidade se constrói sob a influência da ação dos adultos e da sociedade: a criança não pode abster-se destes, mas, por essa mesma razão, não pode, ao mesmo tempo, não querer abster-se deles e é inevitavelmente levada a rejeitar algumas de suas influências (Bernard, 1983: 108).

No dinamismo destas relações entre adulto e criança, sociedade e criança, é que se vão definindo os limites do conceito de infância. Podemos apreender do processo de desenvolvimento humano, um antagonismo dialético em que se alternam e complementam a dependência e a autonomia, de forma que a criança, inicialmente imita o adulto e o segue, para, posteriormente ser capaz de opor-se a ele, criando e re-criando a realidade, enquanto ganha individualidade.

MATURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Podemos considerar o princípio da vida de um ser humano, como um período marcado por intensa dependência e imaturidade biopsicológica, e, embora pareça paradoxal, este mesmo ser, que apresenta extrema fragilidade na infância poderá atingir, na idade adulta, altos níveis de especificidade e complexidade.

Segundo Grunspun (1985:1), maturação é *A seqüência dos processos evolutivos pelos quais passa o ser humano, desde a concepção até a maturidade*. Ele demonstra que, a cada fase do processo de amadurecimento somático, efetivam-se mudanças, de acordo com a programação genética individual. A estas fases correspondem certas necessidades, que a criança lança no ambiente, sob forma de demandas implícitas ou explícitas.

Do nascimento até os dois anos de idade, assume importância o amadurecimento do sistema nervoso, condição para que a criança possa evoluir gradualmente do sensorial ao psíquico. A partir do segundo ano de vida, já se observa uma certa organização na estrutura psíquica, intensificando-se as trocas comunicacionais, afetivas e cognitivas com o meio. Um aspecto a ser ressaltado é o de que o desenvolvimento somático segue uma certa padronização da espécie, enquanto o psiquismo se desenvolve segundo leis que dependem de uma dinâmica psicoafetiva especial entre mãe e filho, do encontro entre o psiquismo adulto e diferenciado da mãe e o potencial psíquico do bebê. Estágios mais satisfatórios de desenvolvimento serão atingidos, quanto maior a capacidade da mãe em dar e receber afeto, de ter empatia e atender às diversas necessidades do filho.

A PSICOGÊNESE

As origens da vida psíquica prendem-se ao tecido primordial das relações afetivas, estabelecidas precocemente. O recém-nascido, não tendo uma estrutura

de ego organizada, nem consciência do próprio corpo e da própria existência, vive em estado semi-indiferenciado, confundido com o corpo da mãe, numa simbiose, onde predomina a regência dos marcadores biológicos, regulando os processos de sobrevivência mais imediata. Os primeiros passos para a formação do mundo subjetivo da criança são, portanto, aqueles dados no aconchego dessa relação mãe-filho, sob a influência do contexto circundante. Desta forma, o ser predominantemente biológico, e totalmente dependente vai se plasmando, gradativamente, em um ser biopsicossocial, autônomo.

As características de individualidade desenvolvem-se pela ativação do potencial genético herdado, graças ao minucioso processo de elaboração, entre indivíduo e ambiente, onde se cruzam incessantemente a filogênese e a ontogênese. E, como se dá a possibilidade de cada ser formado tornar-se único e, cada vez mais diferenciado dos demais, ao longo da vida?

A natureza, sabiamente, coloca no próprio processo de maturação das estruturas neurológicas, a exigência que cada recém-nascido seja cuidado de perto. Esta determinação biológica condiciona o estabelecimento de uma relação exclusiva e íntima entre o bebê e a mãe (ou pessoa cuidadora). Disto resulta que cada criança vá adquirindo características próprias, únicas, uma vez que cada relação mãe-filho também é única, específica. E é a partir desta unidade simbiótica inicial, que o psiquismo do bebê vai se delineando, em sua forma individual, estruturando-se, pouco a pouco para, em seguida, ganhar autonomia. Desta maneira, a natureza garante que um ser humano jamais será igual a outro.

A vontade, a autonomia e as capacidades cognitivas da figura materna são fatores importantes no processo de formação da personalidade da criança, uma vez que a mãe, de certa forma, empresta o seu ego para a moldagem do ego do bebê. Se ela tem um ego bem estruturado, esse bebê terá maiores chances de também adquirir uma boa estruturação psicoafetiva, especialmente quando o meio social oferece condições favoráveis, colaborando com o processo.

O nível de empatia que a mãe consegue estabelecer desde cedo, é fator preponderante para as aquisições afetivas e cognitivas de uma criança. Isto porque a mãe exerce o papel de decodificar os primeiros sinais fisiológicos, como por exemplo, o choro, que pode ser desencadeado por sensação de fome, frio, dor ou desconforto. Identificando a origem do choro, dando-lhe uma resposta adequada, a mãe, com a repetição das experiências, transmite ao bebê segurança e autoestima, ensinando-o a perceber, a comunicar-se e, atra-

vés de comportamentos cada vez mais específicos, complementar a relação. O aporte emocional da mãe (ou pessoa cuidadora), a forma de lidar com a criança, ficam incorporados no psiquismo sob forma de marcas mnêmicas, juntamente com as sensações ligadas à alimentação e aos primeiros cuidados. Tudo isso refletirá diretamente no desempenho afetivo e cognitivo que o indivíduo terá durante a vida.

A partir do potencial genético herdado, o desenvolvimento psicoafetivo da criança dependerá da combinação destes diversos fatores: a forma como é estimulado pela pessoa da mãe, as relações familiares, os valores culturais presentes na sociedade. O biológico e o social entrelaçam-se num processo que envolve maturação e aculturação. Isto significa que, para que se dêem as primeiras aquisições afetivas e cognitivas, faz-se necessário o amadurecimento das funções fisiológicas básicas como ocorre por exemplo, nas fases de amamentação e do controle dos esfíncteres. E, em seguida, assumindo prioridade, o amadurecimento das funções psíquicas superiores, como a capacidade de atenção e percepção. É através destas, que o ego incipiente do bebê capta os elementos da estrutura egóica da mãe, para a formação de sua estrutura psicológica básica e capta também, simultânea e seqüencialmente, as emanações culturais de seu ambiente familiar, escolar e social.

DA DEPENDÊNCIA À AUTONOMIA - VIGOTSKY, WALLON E PIAGET

A formação de um ser humano, independente, como vimos, tem início numa relação de dependência, a simbiose mãe-filho. O modelo psicoafetivo materno funcionando como matriz, é a base sobre a qual se assenta o alicerce da personalidade da criança, em construção. Este processo, aparentemente linear e rigidamente determinado, transcorre dentro de uma teia de "n" fatores, imbrincados e correlacionados, com os quais se articulam, dialeticamente, a espontaneidade e a criatividade, brotando do âmago de cada novo ser. Essa conjugação dialética entre a imitação e a oposição, possibilita a ampliação das potencialidades humanas, e a progressiva individuação.

A noção que o indivíduo tem de um Eu, vai se definindo, durante a infância, podendo já ser percebida por volta do segundo ano de vida. Esta noção é a consciência da própria identidade, que vai assumindo contornos cada vez mais nítidos e se redefinindo nas diversas fases da infância até a vida adulta, graças às interações entre o indivíduo e sua realidade circundante.

Vigotsky (1984), dentro de uma perspectiva psicológica, de traços mais culturalistas, fala da transformação de um construto biológico num ser socio-histórico. Evidencia a importância da capacidade perceptiva e de elaboração mental do material sensorial captado, em cada fase do desenvolvimento do indivíduo, sob a regência das leis gerais da evolução cultural da humanidade. Dedicou-se ao estudo dos aspectos tipicamente humanos do comportamento, e de como estes se desenvolvem no indivíduo, dentro de determinado contexto sociohistórico. Ele considera o processo de maturação como um fator secundário para o desenvolvimento de capacidades humanas mais complexas. *A noção corrente de maturação como um processo passivo não pode descrever, de forma adequada, os fenômenos complexos* (Vigotsky, 1984:21). A experiência social teria um papel preponderante, levando a modificações na estrutura interna, responsável pelas operações intelectuais da criança. Refere-se aí, à capacidade do ser humano de utilizar a linguagem, e assim, representar vivências, analisar experiências passadas, presentes, comunicar-se a respeito dessas vivências e experiências e, sobretudo, criar e planejar ações futuras.

Na ótica vigotskiana, a fala assume um papel especial, nas questões relativas ao desenvolvimento, funcionando como elemento de ligação do indivíduo ao ambiente. A capacidade de utilização dos signos, permitiria ao homem a elaboração e preservação de um conjunto de processos simbólicos emergentes do viver em sociedade, nos mais diversos contextos, transcendendo as limitações da inteligência prática, também observada nos animais.

Embora a inteligência prática e o uso de signos possam operar independentemente em crianças pequenas, a unidade dialética desses sistemas no adulto humano constitui a verdadeira essência no comportamento humano complexo (Vigotsky, 1984:26)

A criança se utilizaria da fala para a realização de atividades práticas, que se tornariam cada vez mais complexas, a cada fase do desenvolvimento, e suas potencialidades humanas seriam gradativamente ampliadas.

Essa unidade de percepção, fala e ação, que, em última instância, provoca a internalização do campo visual, constitui o objeto central de qualquer análise da origem das formas caracteristicamente humanas de comportamento (Vigotsky, 1984:28)

A cultura seria o legado resultante destas vivências, acumuladas ao longo do processo de desenvolvimento dos indivíduos, e, por extensão, do processo de evolução da humanidade.

Estudando os mecanismos psíquicos do pensamento, desenvolveu um método para tentar compreender como são formados os primeiros conceitos. Utilizou-se de experimentos com duplo-estímulo, em que apresentava à criança duas séries de estímulos, uma com objetos da atividade diária da criança e outra com os signos que servem para organizar estes objetos. A partir destes estudos conclui que:

A formação do conceito é seguida pela sua transferência para outros objetos; o indivíduo observado é induzido a utilizar os novos termos para falar dos objetos diferentes dos blocos experimentais e a definir seu significado de forma generalizada (Vigotsky, 1979:81).

Ele afirma que, por volta do segundo ano de vida, a criança geralmente já apresenta um nível de maturidade neuropsíquica que possibilita a complexa atividade das funções intelectuais envolvidas no processo de formação dos conceitos. Ela já teria um certo domínio da atenção e da lógica, manifestando a capacidade de fazer comparações. Estes atributos são fatores indispensáveis para a assimilação do significado das palavras. Graças a eles, o psiquismo abstrai da experiência concreta elementos que vai isolando, comparando com outros, a fim de chegar a uma síntese, a ser cotejada com novas análises.

Durante os dois primeiros anos de vida, a criança vai se apropriando da palavra, ligando-a à estrutura do objeto em si, antes de fazer uma utilização simbólica, através do processo acima descrito. Com o amadurecimento psíquico e o aporte cultural adquirido, a estrutura externa do signo, que é a palavra, vai sendo internalizada, juntamente com o sentido simbólico.

O conceito, portanto, de forma genérica, é um construto mental, representativo da realidade exterior, formado por signos (palavras) que são incorporados gradativamente no psiquismo, através de um processo, em que o sujeito participa com sua estrutura psíquica, no encontro com os estímulos do ambiente. Os signos são instrumentos de intermediação entre a mente e seu contexto, possibilitando a intercomunicação. Através dessa comunicação, e também de sua participação criativa, a criança vai organizando e orientando seu comportamento, enquanto vai se tornando um adulto.

O processo de individuação é, portanto, aquele, através do qual, a criança vai deixando o estado de dependência e assumindo uma diferenciação gradativa, até chegar à condição de indivíduo. Para Vigotsky(1984), o ponto de partida é o biológico, para se chegar ao social e dá-se concomitantemente ao processo de formação do conceito, que acontece no interior do psiquismo, mas sofre a influência da cultura. Assim, a palavra se transforma de *signo* em *símbolo*.

A tarefa da cultura, por si só, porém, não explica o mecanismo de desenvolvimento que tem por resultado a formação do conceito. O investigador deve tentar compreender as relações intrínsecas entre as tarefas externas e a dinâmica do desenvolvimento e considera a gênese dos conceitos como função do crescimento cultural e social global da criança afeta não apenas o conteúdo, mas também o seu modo de pensar (Vigotsky, 1979:81).

A compreensão de como se transformam as vivências individuais em símbolos culturais é um dos importantes legados deste autor. Para ele, o aprendizado, que é um processo aparentemente externo, ocorre no despertar de processos internos, que brotam na interação social. Numa brincadeira, por exemplo, a ação desempenhada torna-se pouco a pouco uma regra internalizada, que proporciona comunicação e passa a ter significado social. Sobre essa ação, o sujeito pode desenvolver sua imaginação, buscar prazer e, no contato com os outros, aprender a adiar a satisfação, ter auto-controle, relacionar-se. No bebê, através do afeto e das repetições simbólicas das atitudes dos adultos, impregnadas de cultura, gradativamente ocorrem novos aprendizados que ampliam as chances de um desenvolvimento satisfatório.

A maturação neuro-psíquica e as interações sociais possibilitam a formação dos conceitos e a consequente organização dos aprendizados afetivos e cognitivos. A tarefa da educação seria a de complementar aquilo que a criança estivesse necessitando em seu aprendizado individual, para continuar cada vez se formando enquanto ser, se individualizando. A escola seria então um espaço para a organização de certos conhecimentos, auxiliando neste processo de desenvolvimento dos indivíduos.

Veremos agora algumas importantes contribuições de Wallon (1981), que, veio também situar-se epistemologicamente, entre a pedagogia e a psicologia, trazendo dentre suas contribuições teóricas, a ênfase na importância da afetividade como fator pre-

cedente às aquisições cognitivas. Em seus estudos de neurologia, evidencia a plasticidade do sistema nervoso e as relações entre o movimento e o psiquismo, e o impacto da linguagem sobre o desenvolvimento. Em incursões pelo terreno da antropologia, mostra a importância de se observar a criança, em diversos contextos, conforme refere Galvão (1995:34)

Para Wallon, a comparação entre sociedades distintas favorece que se apreenda a influência de técnicas, instrumentos e conhecimentos, ou seja, do meio cultural, sobre o desenvolvimento do sujeito.

Wallon (1971) considera o ser, como “geneticamente social”. Isto significa que ele *se comunica*, desde os primórdios da vida, através dos contatos afetivos iniciais, na simbiose mãe e filho, onde estabelece uma relação de cunho essencialmente emocional.

Assim, temos, no primeiro estágio da psicogênese, uma afetividade impulsiva, emocional, que se nutre pelo olhar, pelo contato físico e se expressa em gestos, mímica e posturas (Wallon, in Galvão, 1995:45).

Ele desenvolveu a “teoria da emoção”, inspirada em Darwin, onde o aspecto biológico dá origem ao emocional e ao social. É, por exemplo, através do choro, (emoção) que o bebê mobiliza a atenção das pessoas, no sentido de satisfazer suas necessidades. A emoção, nesta perspectiva, pode ser vista como instrumento de sobrevivência típico da espécie humana. A manifestação emocional, afetiva, estaria ligada a uma socialização, existente, já, desde o início da vida, representando o vínculo com o grupo.

A teoria psicogenética walloniana destaca o fator afetividade como fundamental no processo do desenvolvimento humano. O Início deste desenvolvimento dá-se no período que ele denominou impulsivo-emocional e que se estende ao longo do primeiro ano de vida. E, neste período, de exuberância motora e emocional, a criança tem oportunidades de aquisição, incorporação e também expressão, partindo de um “eu corporal” para um “eu psíquico”, construindo-se à medida que vai se diferenciando. Podemos considerar que, nesta concepção, o cognitivo se assentará na base construída pelo afetivo. Analisando Wallon, Dantas refere que:

O processo que começou pela simbiose fetal tem no horizonte a individualização (...) Não

há nada mais social do que o processo através do qual o indivíduo se singulariza, constrói sua unicidade. Quando ele superou a dependência mais imediata da interpessoalidade, prossegue alimentando-se da cultura, isto é, ainda do outro, sob a forma, agora, do produto do seu trabalho (1990: 97).

É importante ressaltar também a ênfase dada à cultura e à linguagem como instrumentos para a evolução do pensamento da criança, na teoria walloniana. Galvão (1995: 41), lembra que, para ele, *O simples amadurecimento do sistema nervoso não garante o desenvolvimento de habilidades intelectuais mais complexas. Para que se desenvolvam, precisam interagir com alimento cultural, isto é, linguagem e conhecimento.* Por outro lado, mesmo que o sistema nervoso já tenha atingido sua maturação orgânica definitiva, para Wallon, as funções psíquicas podem continuar em processo de especialização, evoluindo. E, um outro aspecto peculiar, que queremos salientar é o de que, nesta abordagem, o desenvolvimento não é visto de forma estratificada e linear. Do pensamento de Wallon, entende Galvão (1995:41) que: *O ritmo pelo qual se sucedem as etapas é descontínuo, marcado por rupturas, retrocessos e reviravoltas.* Estas etapas são caracterizadas pelo conjunto de necessidades e interesses da criança, de forma que, em cada idade, se estabelecem relações específicas entre o indivíduo e o ambiente. São considerados importantes, os aspectos físicos do espaço onde vive a criança, as pessoas mais próximas, a linguagem utilizada por estas e a cultura em si, enquanto contexto onde se dá o desenvolvimento. E, assim, apesar deste desenvolvimento obedecer a certas leis constantes, ele transcorre com dinâmica e ritmo próprios, quando se considera cada criança, de forma contextualizada. De início, os fatores orgânicos têm um peso maior, obedecendo essencialmente às determinações biológicas, e progressivamente, a influência do meio cultural assume a regência, *torna-se mais decisiva na aquisição de condutas psicológicas superiores, como a inteligência simbólica* (Galvão, 1995:40)

Em seu estadiamento, Wallon (in: Galvão, 1995) considera a alternância entre fases com predominância afetiva e cognitiva, totalizando cinco estágios: *impulsivo-emocional, sensorio-motor e projetivo, personalista, categorial e adolescente.*

A fase inicial do desenvolvimento, o primeiro ano de vida, corresponde ao estágio impulsivo-emocional, que não começando cognitivamente, tem na emoção o elo entre a criança e o ambiente. O mo-

vimento do bebê atua sobre o meio humano, provocando reações e, dessa forma estabelece-se a expressão e a comunicação. Daí dizer que este bebê, desde o início, é um ser social. Até o terceiro ano transcorrem os estágios sensorio-motor e projetivo com a busca de exploração do espaço e manipulação de objetos. Seu marco é o desenvolvimento da função simbólica e da linguagem, quando o ato motor converte-se em ato mental. No período personalista, entre os 3 e 6 anos, as relações interpessoais assumem prioridade, em detrimento da atividade cognitiva. A apropriação dos signos se dá pelo elo com as pessoas que os detêm. As interações sociais possibilitam a construção da personalidade e a definição da consciência de si. A imitação dá lugar à crise de oposição, no jogo entre o “sim” e o “não”. O estágio categorial tem início a partir dos 6 anos, quando já devem estar consolidados a função simbólica e a diferenciação da personalidade. É uma fase em que o progresso intelectual, direciona as relações com o meio, especialmente para o espectro cognitivo. O último estágio é a fase adolescente, descrita por Wallon (in: Galvão, 1995:44-45)

No estágio da adolescência, a crise pubertária rompe a “tranquilidade” afetiva que caracterizou o estágio categorial e impõe a necessidade de uma nova definição dos contornos da personalidade, desestruturados devido às modificações corporais resultantes da ação hormonal. Este processo traz à tona questões pessoais, morais e existenciais, numa retomada da predominância da afetividade.

Ele chama de “predominância funcional”, a alternância entre os aspectos afetivos e cognitivos, em cada um dos cinco estágios do desenvolvimento, por ele descrito.

Piaget (1997) faz, de certa forma, um contraponto os autores citados acima, quando trata como igualmente cognitivas todas as fases do desenvolvimento. Em sua teoria da psicogênese postula que, desde o início da vida, o bebê já tem uma gestualidade instrumental dirigida para conhecer o mundo. Construiu a idéia de um “sujeito epistêmico”, cujos processos de pensamento já se encontram presentes na infância, indo até a idade adulta, diferindo apenas quanto aos mecanismos mentais utilizados por este sujeito, para tentar entender o mundo, nas diferentes etapas da vida.

Desde antes da formação da linguagem (...) quanto à estrutura dos conhecimentos, vê-se pois que estes se constituem no plano da própria

ação, com suas bipolaridades lógico-matemática e física (...) e uma longa evolução será necessária até sua subjetivação em operações (Piaget, 1978: 10)

Ele mostra tanto a criança como o adulto num processo ativo de contínua interação com o ambiente e, que, nesta interação, a adaptação à realidade externa depende basicamente do conhecimento.

O que se propõe a epistemologia genética é pois pôr a descoberto as raízes das diversas variedades de conhecimento, desde as suas formas mais elementares, e seguir sua evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico (Piaget, 1978: 3)

Dedicou-se portanto, a estudar como o organismo conhece o mundo, considerando que, só o conhecimento possibilita ao homem um estado de equilíbrio interno, a partir do qual se adapta ao ambiente. O desenvolvimento seria a construção de estruturas lógicas que capacitam o indivíduo para atuar sobre o mundo, e, cada vez mais, conhecê-lo em diversos níveis de complexidade.

O conhecimento não poderia ser concebido como algo predeterminado nas estruturas internas do indivíduo, pois que estas resultam de uma construção efetiva e contínua (Piaget, 1978: 3)

Na teoria piagetiana, a tarefa principal do desenvolvimento mental no primeiro ano de vida compreende a organização das primeiras impressões sensoriais. A criança recebe um equipamento geneticamente herdado, e forma estruturas mentais com as quais organiza suas sensações e estados internos. Esta estrutura biológica muda e se adapta com o tempo, com o desenvolvimento de novas estratégias mentais, que lhe possibilitam a resolução de problemas. Em cada fase da infância, ela atinge novas formas de organização mental e transita constantemente de um estado de desequilíbrio para um estado de equilíbrio, cujo funcionamento mental é de nível mais superior. Na adolescência, deverá ter atingido um certo patamar intelectual que perdurará durante toda a idade adulta.

O desenvolvimento intelectual envolve uma equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio

para um estado de equilíbrio superior. Assim, do ponto de vista da inteligência, é fácil se opor a instabilidade e incoerência relativas às idéias infantis à sistematização de raciocínio do adulto. No campo da vida afetiva, notou-se muitas vezes, quanto o equilíbrio dos sentimentos aumenta com a idade. E, finalmente também as relações sociais obedecem à mesma lei de estabilização gradual (Piaget, 1997:13)

Piaget (1997) centraliza seu conceito de inteligência no desenvolvimento gradativo dos processos de simbolização. Afirma que o desenvolvimento cognitivo é observado a partir do nascimento e que os desenvolvimentos atingidos subsequentemente têm suas bases estabelecidas na infância. A criança nasce com um conjunto de reflexos e mecanismos inatos que caracterizam o período sensório-motor. Estes mecanismos modificam-se, de acordo com os estímulos do ambiente, sendo, no entanto, condicionados a um estadiamento, de forma que, cada estágio prepara as estruturas para o próximo, num processo que segue, inexoravelmente, até a formação dos símbolos.

Segundo Menezes (in: Leite, 1997, 142-3), para Piaget, a ação da “sociedade” ou da “vida social”, não influenciaria o desenvolvimento de maneira uniforme e contínua. A influência do contexto social seria diferenciada em cada fase, resultando na socialização do pensamento, no período das operações formais, onde o individual e o social estariam em equivalência. O processo de desenvolvimento consistiria, em suma, na evolução do pensamento egocêntrico para o sociocêntrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a aceção de Bernard (1983), em que a criança emerge da cultura, de onde recebe estímulos para as transformações naturais, rumo à autonomia, chegamos às concepções atualmente aceitas, no campo da psicologia e da pedagogia, onde a infância seria o período vivenciado entre a fase de indiferenciação afetivo-cognitiva e o alvorecer da personalidade. Consideramos, no entanto a dificuldade real de delimitação, quanto às dimensões de espaço e tempo que a infância assumirá na vida de cada indivíduo, em cada contexto cultural. O conceito de infância, conforme estamos compreendendo, evoca ainda o paradoxal binômio: dependência-independência, e en-

volve as noções de necessidade, poder, capacidade e aptidão da criança com relação aos papéis sociais, historicamente determinados.

Nestes moldes, vemos o ser humano, ao longo de seu desenvolvimento, interagindo, posicionando-se, individual ou socialmente, construindo um centro próprio de referência, a personalidade. E, a construção deste arcabouço psicológico, a nosso ver, assenta-se no alicerce afetivo da família, onde os potenciais genéticos herdados misturam-se, inicialmente, com o amálgama psicoafetivo da mãe (ou pessoa cuidadora), sofrendo, a seguir, a influência das interações sociais mais próximas (parentes, escola). Ressaltamos, no decorrer de todo o processo de desenvolvimento, a influência dos valores presentes no contexto sociohistórico, num sentido mais amplo.

Dentro deste contexto, os elementos primitivos da linguagem, como gestos, posturas, atitudes, da infância à idade adulta, vão se agregando, gradativamente à sua correspondente estrutura simbólica, num processo que resulta na incorporação dos valores culturais, sob forma de representações internas. Daí, concluímos que, graças às experiências afetivas e cognitivas vividas pelo sujeito nas fases mais precoces da vida, mediadas pela linguagem, ocorrem as transformações evolutivas individuais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARD, C. - *A mistificação pedagógica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DANTAS, H. - *A infância da razão*. São Paulo: Manole, 1990.
- GALLATIN, J. - *Adolescência e individualidade*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1942.
- GALVÃO, I. - *Henri Wallon - Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- GRUNSPUN, H. - *Distúrbios neuróticos da criança*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1985.
- LEITE-BANKS, L (org.) - *Percursos piagetianos*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- PIAGET, J.- *Seis estudos de psicologia*. 22 ed. São Paulo: Forense, 1997.
- _____. A epistemologia genética. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1977.
- RAPPAPORT, C. R., et al., - *Teorias do desenvolvimento*. São Paulo: E.P.U., 1981.
- VIGOTSKY, L. S. - *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Editora Antídoto, 1979.
- _____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WALLON, H. - *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- _____. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.